

ABSTRACTIO METAFÍSICA X SEPARATIO EM TOMÁS DE AQUINO

Marco Aurélio Oliveira da Silva
Universidade Federal da Bahia

RESUMO: Neste artigo, analisamos a noção de ente comum na filosofia de Tomás de Aquino, particularmente na discussão sobre se seria papel da abstração ou da separação o de fornecer o objeto da metafísica. Para este fim, partiremos da distinção proposta por Wippel entre entes imateriais de modo positivo e entes imateriais de modo neutro, para em seguida avaliar a posição de Cajetano sobre o tema. A posição que adotamos ao final do artigo é a de rejeição da tese cajetanista e da consideração que toda a metafísica pressupõe a atividade mental judicativa negativa denominada separação.

Palavras-chave: Tomás de Aquino, ente comum, abstração, separação.

ABSTRACT: This paper aims to discuss the relationship between common being, abstraction, and separation in Thomas Aquinas' philosophy. The focus is on Wippel's proposal of a distinction between positively immaterial beings and neutrally immaterial beings and how it could solve Thomas de Vio Cajetan's considerations about the matter. I claim that it must be noted the necessary rejection of the Cajetan's theses about the abstraction of common being as well as it is needed a mental negative judging capacity known as separation in order to conceive all metaphysical notions, common being included.

Keywords: Thomas Aquinas, common being, abstraction, separation.

O objeto próprio da metafísica segundo Tomás de Aquino é o ente enquanto ente, ou ente comum, tratado por Aristóteles no livro IV da *Metafísica*¹. Seguindo uma leitura cajetanista, esse conceito de ente não deve ser confundido com o conceito de ente como primeiro conhecido². Ente é o que tem ser (*esse*). Contudo, como obtemos esta noção de ente comum? Esta é uma dificuldade que surge da leitura do texto de Tomás de Aquino e do comentário de Cajetano³. O Cardeal considera que a noção de ente comum é obtida por um grau mais elevado de abstração formal, enquanto o Doutor Angélico considera que o objeto da metafísica é obtido por um ato judicativo denominado “separação”. Ou seja, tratar-se-ia de um ato pelo qual o intelecto distingue o que está separado, ou seja, distingue A de B, sendo que na realidade A está separado de B. Daí, o objetivo do presente artigo é investigar se a separação é o único meio para se proceder em metafísica, ou se podemos também proceder em alguns casos por abstração.

Embora a metafísica tenha por objeto o ente comum, as considerações do metafísico segundo Tomás de Aquino não se restringem à ontologia. O metafísico também se preocupa com teologia racional, uma vez que Deus, embora não seja o objeto primário da metafísica, é causa deste objeto⁴. Portanto, é dever de uma ciência preocupar-se não apenas com seu objeto, mas também com as causas deste objeto.

Neste sentido, acerca dos vários conceitos estudados pelo metafísico, Tomás de Aquino afirma:

“Há, até mesmo, certos especuláveis que não dependem da matéria no que se refere ao ser, pois podem ser sem a matéria, quer nunca sejam na matéria como Deus e o anjo, que sejam na matéria em alguns e em alguns não, como

¹ Cf. TOMÁS DE AQUINO, *In Metaph*, pr.

² Cf. TOMÁS DE AQUINO, *De Ente et Essentia*, pr. *primo intellectu concipiuntur*. Cajetano também distingue estes dois sentidos de ente: como termo metafísico e como o *ente concreto da quiddidade sensível*. Cf. CAJETANO, *In De Ente*, q.1. conclusio, 1907, p. 7. *Ens concretum quidditati sensibili est primum cognitum cognitione confusa actuali*. Conhecimento confuso atual é aquele a partir dos indivíduos, no qual conhecemos uma totalidade definível, sem termos clareza de suas partes definíveis.

³ CAJETANO, *In De Ente*, q.1. conclusio, 1907, p. 19. *sunt enim termini metaphysicales abstracti abstractione formali*. Cajetano caracteriza a metafísica como sendo obtida por um grau superior de abstração formal.

⁴ Cf. TOMÁS DE AQUINO, *In Metaph*, pr. *Eiusdem autem scientiae est considerare causas proprias alicuius generis et genus ipsum: sicut naturalis considerat principia corporis naturalis. Unde oportet quod ad eandem scientiam pertineat considerare substantias separatas, et ens commune, quod est genus, cuius sunt praedictae substantiae communes et universales causae*.

a substância, a qualidade, o ente, a potência, o ato, o uno e o múltiplo e semelhantes.”⁵

Deste modo, podemos observar que a questão sobre qual é o ato mental próprio para obter objetos metafísicos se desdobra em outras duas questões: Qual é o ato mental próprio para objetos como Deus e anjos? Qual é o ato mental próprio para objetos como substância, ente, potência, etc.? Essas duas classes de objetos receberam uma denominação de Wippel, que seguiremos aqui, a saber, respectivamente, [a] entes imateriais de modo positivo e [b] entes imateriais de modo neutro⁶. Contudo, a questão que nos interessa responder é qual o ato mental que corresponde à inteligência destes imateriais, ou seja, se é necessário conceder à tese cajetanista, segundo a qual à metafísica corresponderia um grau de abstração mais separado da matéria.

Entes imateriais de modo positivo

Entes positivamente imateriais são os entes que existem necessariamente sem matéria. Neste sentido, Deus é um ente positivamente imaterial, uma vez que é sempre separado da matéria⁷.

⁵ Cf. TOMÁS DE AQUINO, *Super Librum Boetii De Trinitate*, q.5 a.1 co.3. *Quaedam vero speculabilia sunt, quae non dependent a materia secundum esse, quia sine materia esse possunt, sive numquam sint in materia, sicut Deus et Angelus, sive in quibusdam sint in materia et in quibusdam non, ut substantia, qualitas, ens, potentia, actus, unum et multa et huiusmodi.* (ed. bras., 1998, p. 102-103).

⁶ Esta distinção aparece em um artigo de Wippel denominado “Metaphysics and Separatio according to Thomas Aquinas”. “O segundo tipo de ‘imaterial’ [ente comum], o **neutramente imaterial** (...) será suficiente para começar a metafísica? (...) Em resumo, deve-se já saber que o **ente positivamente imaterial** (Deus ou entes angélicos) existe para descobrir entes enquanto tais, ou ente enquanto ente?” (cf. WIPPEL, 1978, p. 435; grifos meus). Contudo, a expressão “positivamente imaterial” já aparece em Merlan., “Mas este tipo de imaterialidade é, naturalmente, bastante diferente da imaterialidade de Deus, dos anjos, etc, que, para usar um termo tardio, são **imaterialmente positivos**” (cf. MERLAN, 1953, p. 284; grifo meu).

⁷ Contudo, deve-se observar que no *Super Librum Boetii De Trinitate*, Aquino dedica maior tratamento à ciência teológica, ao lado das demais ciências especulativas, a física e a matemática. Contudo, isto não contraria a doutrina seguida pelo Doutor Angélico, vez que admite a divisão tripartite das ciências especulativas, na qual a física trata do ente móvel, a matemática trata do ente quantificado e a metafísica trata do ente enquanto tal, ou ente comum. A ciência teológica é a parte da metafísica que trata da causa do ente comum, a saber, a causa primeira, Deus. Contudo, o objeto próprio da metafísica é o ente comum, como abordado no próêmio de seu comentário à *Metafísica* de Aristóteles.

No caso das substâncias separadas da matéria, o intelecto humano não tem conhecimento quiditativo. No caso de entes materiais, a imaginação produz uma imagem (fantasma), a qual é um agregado de sensações obtidas pelos cinco sentidos. Em seguida, o intelecto produz uma abstração, deixando de lado todos os elementos que individualizam o ente singular, com o fim de obter uma quididade ou essência das substâncias sensíveis. Por exemplo, uma vez tendo sido afetado pelas sensações de um ente como Pedro, a imaginação fornece à mente uma imagem que corresponde ao agregado das sensações percebidas sensorialmente. Em seguida, o intelecto procede a uma abstração do todo, deixando de lado os aspectos que individualizam Pedro, a saber, que possui tais carnes e tais ossos. Ademais, considera-se a matéria consoante apenas seu aspecto de generalidade, retendo, assim, no intelecto uma quididade que consiste na essência (específica) de homem.

No caso de substâncias separadas este procedimento é impossível. Obviamente, as substâncias separadas (como Deus) possuem quididade ou essência, contudo, dada a estrutura da cognição humana, a apreensão destas quididades pelo intelecto humano é impossível – pois o objeto do intelecto humano é a quididade dos entes materiais. Deste modo, o intelecto não pode apreender quiditativamente uma substância separada, uma vez que o que primeiramente cai no aparato cognitivo humano são os dados sensoriais perceptíveis pelos sentidos; em seguida, temos a apresentação de um fantasma pela imaginação; daí, o intelecto abstrai os elementos individualizantes a fim de obter a quididade do ente sensível; por fim, há o retorno ao fantasma, pelo qual a quididade apreendida é conectada ao fantasma apresentado.

No caso das substâncias separadas, não há a percepção de dados sensoriais, nem a formação de um fantasma nem o próprio retorno da quididade apreendida ao fantasma. Em primeiro lugar, substâncias separadas são, por definição, imateriais. Ademais, o intelecto humano não conhece senão em conexão com os dados sensíveis, daí a necessidade de um retorno ao fantasma. Portanto, embora possamos postular linguisticamente a definição de uma substância separada, não podemos ter acesso à quididade expressa por esta definição, uma vez que não será possível relacionar esta quididade a um dado sensível. Ou seja, o intelecto humano teria que considerar a quididade de um ente suprassensível a parte de qualquer materialidade, o que contraria a

estrutura cognitiva humana, a qual necessita do acesso à materialidade para a formação dos conceitos que são fruto da primeira operação do espírito.

Por conseguinte, a intelecção de entes imateriais de modo positivo só pode ser feita através da separação. Os exemplos de entes positivamente imateriais são Deus e as inteligências⁸. Ao considerarmos a forma da separação, observaremos que se aplica também a estes entes. Ora, o intelecto separa A de B ao considerar A sem considerar B, sendo que A e B estão separados na realidade. Deste modo, o intelecto, por exemplo, considera Deus sem considerar a materialidade e, ademais, Deus está separado da matéria. Portanto, o conhecimento da ciência teológica é através do ato de separação.

Entes imateriais de modo neutro

Os entes imateriais de modo neutro são os que podem ser sem a matéria, mas podem também ser na matéria. Ou seja, são noções que se aplicam tanto a entes sensíveis quanto a entes imateriais, como, por exemplo, a noção de ente comum. Contudo resta um problema, a saber, toda a metafísica é feita com base na separação, ou haveria algum espaço para a abstração? No caso da consideração de formas separadas, parece claro que sob a perspectiva tomásica tratam-se de objetos obtidos por separação, pois a Teologia trata do que é imóvel e separado da matéria. Em contrapartida, no caso do conceito de ente comum, qual seria a resposta? Uma vez que observamos que as coisas materiais também possuem ser, i.e., são obviamente entes, autores como Merlan (1953) e van Riet (1952) consideram que no caso de objetos da metafísica, entendida como ciência do ente comum, o processo intelectual próprio de obtenção destes conceitos seria o processo de abstração. Em contrapartida, para Geiger (1963) e para Wippel (1978), o processo adequado é o de separação.

⁸ Anjos, ou simplesmente inteligências, são entes cuja existência é artigo de fé. Contudo, Tomás de Aquino admite a existência deste tipo de entidade como possível. Deste modo, se os anjos existem, então são necessariamente separados da matéria.

Merlan⁹ vale-se de uma distinção estranha a Tomás de Aquino, entre metafísica *generalis* e metafísica *specialis*, considerando que a primeira trataria do ente comum e dos transcendentais, enquanto a última trataria das formas separadas. Ou seja, para utilizarmos o vocabulário sugerido por Wippel, devemos observar que Merlan entende por metafísica *generalis* a parte da metafísica que trata dos entes imateriais de modo neutro. Em contrapartida, por metafísica *specialis*, entende a parte da metafísica que trata dos entes imateriais de modo positivo¹⁰.

A tese de Merlan consiste em considerar que os entes imateriais de modo neutro são obtidos por abstração, enquanto os entes imateriais de modo positivo são obtidos por separação. Temos, portanto, a adoção por este autor de uma tese intermediária, segundo a qual a abstração cajetanista teria ainda algum papel para a explicação da metafísica tomásica.

O principal argumento de Merlan a favor desta tese consiste no seguinte. O conceito de ente não se encontra apenas nas substâncias separadas e, uma vez que se encontre também nos entes materiais, torna-se passível de abstração. Ou seja, os entes imateriais de modo neutro, por estarem, diferentemente dos imateriais de modo positivo, também na matéria, podem ser obtidos, por generalizações contínuas, deixando cada vez mais a materialidade de lado, por um ato da primeira operação do intelecto, a de apreensão dos indivisíveis¹¹.

A ideia que subjaz este argumento é que o intelecto pode proceder a abstrações contínuas, pelas quais se deixaria de lado a matéria individual, a matéria sensível comum e a matéria inteligível comum. Deste modo, ter-se-ia respectivamente a abstração do todo, a abstração da forma e a abstração metafísica – que Cajetano considera como o grau mais elevado de sua abstração formal. Contudo, a distinção fundamental entre a abstração e a separação é que, no primeiro caso, temos uma simples apreensão intelectual, e, no segundo caso, temos um ato judicativo. Deste modo, a

⁹ Cf. 1953, p. 285.

¹⁰ A nomenclatura “metafísica *generalis* e *specialis*” é estranha ao tomismo, tanto no texto de Tomás de Aquino quanto no de Cajetano, por isto, considero apenas as teses de Merlan sem aprofundar no uso que ele faz deste vocabulário.

¹¹ No mesmo sentido de Merlan, van Riet (Cf. 1952, p. 387) considera que a abstração, ao invés da separação, é o processo intelectual próprio no caso da obtenção da noção de ente enquanto ente (ente comum).

consequência da tese enunciada é que o conceito de ente comum, bem como todos os predicados ontológicos supramencionados (ato, potência, etc.) seriam obtidos pela simples apreensão quiditativa.

Contudo, discordo da tese segundo a qual os entes imateriais de modo neutro seriam obtidos por abstração. Deste modo, defendo que, com relação a estes imateriais, o ato próprio do intelecto na obtenção destes conceitos é o ato que Tomás de Aquino denomina separação.

O texto do Doutor Angélico que poderia sugerir que os entes imateriais de modo neutro seriam obtidos por abstração é o seguinte:

“Há algo, porém, que pode ser **abstraído** também da matéria inteligível comum, como o ente, o uno, a potência e o ato e semelhantes, que também podem ser sem nenhuma matéria, como é patente nas substâncias imateriais”¹².

Este texto da *Summa Theologiae* levou alguns intérpretes¹³ a considerar que os entes imateriais de modo neutro seriam obtidos por um grau mais elevado de abstração. Segundo este ponto de vista, eles seriam obtidos por uma abstração que deixaria de lado a matéria assinalada, como na Filosofia Natural, a matéria sensível comum, como na Matemática, e também a matéria inteligível comum. Contudo, como já tratamos em outro lugar¹⁴, “abstração” neste texto da *Summa Theologiae* é usado no mesmo sentido de “separação” no *Super Librum Boethii De Trinitate*, ou seja, como um ato da segunda operação do intelecto¹⁵. Ou seja, o termo “abstração” pode ser usado em sentido lato, englobando a abstração propriamente dita da primeira operação intelectual e a separação da segunda operação intelectual. Portanto, para Tomás de Aquino os entes imateriais de modo neutro são obtidos por separação.

¹² TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theologiae*, I^a q.85 a.1 ad2. *Quaedam vero sunt quae possunt abstrahi etiam a materia intelligibili communi, sicut ens, unum, potentia et actus, et alia huiusmodi, quae etiam esse possunt absque omni materia, ut patet in substantiis immaterialibus.* (ed. Bras., 2006, 137; grifo meu).

¹³ Cf. MERLAN, 1953, p. 284.

¹⁴ Cf. SILVA, 2011.

¹⁵ Cf. TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theologiae*, I^a q.85 a.1 ad1. *abstrahere contingit dupliciter. Uno modo, per modum compositionis et divisionis (...) Alio modo, per modum simplicis et absolutae considerationis.*

Posto que os objetos da metafísica não são obtidos por abstração, resta explicar o processo pelo qual eles são obtidos, a saber, a separação. O conceito de ente comum é formado ao concebê-lo como não necessariamente ligado à matéria. Ou seja, na separação, através de juízos negativos, forma-se um conceito de ente comum, ao explicitar que o que é designado pelo conceito **não** está necessariamente na matéria e não está necessariamente separado da matéria.

Ora, a fórmula própria da separação consiste em se distinguir A de B, sendo que A está separado de B na realidade. No caso, embora a noção de ente comum possa ser com a matéria, ela também pode ser sem a matéria. Deste modo, podemos aplicar a distinção intelectual mencionada, distinguindo a noção de ente comum da noção de ente material, porque o ente comum não existe necessariamente na matéria e não existe necessariamente separado da matéria.

Ora, como considera Tomás de Aquino, a separação trata do que está ou pode estar separado. Se considerarmos as substâncias separadas e o ente comum, podemos observar que as substâncias separadas estão separadas da matéria, em contrapartida, o ente comum **pode** estar separado da matéria. Deste modo, uma vez que o conceito de ente comum se aplica tantos a entes sensíveis quanto a entes imateriais, segue-se que o ato intelectual pelo qual formamos o conceito de ente comum é a separação, assim como no caso da teologia.

Com isso, podemos deixar de lado a tese de Cajetano segundo a qual a metafísica procede por um grau mais elevado de abstração formal da matéria. Pois a abstração aplica-se apenas aos entes que existem necessariamente na matéria. Há abstração nos entes naturais, nos quais a matéria individual não é incluída determinadamente, mas também não é excluída; e também há abstração nos entes matemáticos, pela qual a matéria sensível é deixada de lado, mas os entes matemáticos não existem separados da matéria.

No caso da noção de ente comum, objeto da metafísica, que pode ser na matéria, mas também pode não ser na matéria, o ato mental responsável pela obtenção desta noção é a separação, ao considerar que o ente comum não é necessariamente na matéria e não é necessariamente separado da matéria. Deste modo, a abstração fica restrita aos universais e aos entes matemáticos.

Concepção do Ente Comum

Ente comum é o objeto da metafísica, não devendo ser confundido com o ente que cai primeiro no intelecto, o qual é concebido como “*o que tem ser*”¹⁶ e, portanto, pode ser apreendido sem a necessidade de investigação metafísica¹⁷.

Há divergência na literatura quanto à necessidade de se conceber um ente positivamente imaterial antes de concebermos o ente comum através da separação. Podemos encontrar em Geiger uma defesa da necessidade de distinguir “conceber imaterialmente o ente” e “conceber a imaterialidade negativa do ente”¹⁸. Portanto, se admitíssemos a abstração formal para a obtenção do ente comum, seguir-se-ia que poderíamos conceber imaterialmente o conceito de ente, mas daí não se seguiria tratar-se da noção de ente comum. Contudo, o metafísico pretende falar do ente comum e não apenas do conceito de ente.

O ponto fundamental na concepção do ente comum é garantir que este não se reduza ao conceito de ente como primeiro concebido pelo intelecto¹⁹. Na concepção de Geiger, se admitirmos apenas a separação, sem pressupormos já a existência de entes imateriais de modo positivo (Deus, alma, etc.)²⁰, não poderemos conceber o ente comum como o que não está necessariamente ligado à matéria. Daí, para a concepção do ente comum, tornar-se-ia mister antes a demonstração da existência de entes

¹⁶ TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theologiae*, I^a-IIae q.26 a.4 co. *Sicut enim ens simpliciter est quod habet esse*.

¹⁷ Cf. WIPPEL, 2000, p. 44. “Enquanto seu conteúdo é complexo – “o que é” – esta noção ainda não foi liberta da restrição da matéria e do movimento. Portanto, não pode ser identificada com nosso entendimento do ente enquanto ente – o assunto da metafísica”.

¹⁸ Cf. GEIGER, 1963, p. 112. “a inteligência do metafísico não tenciona apenas conhecer imaterialmente o ente, mas conhecer a própria imaterialidade negativa do ente, o que não se pode fazer sem um juízo objetivamente fundado, seja sobre uma visada direta das realidades imateriais, seja sobre uma demonstração de sua existência a partir de seus efeitos”.

¹⁹ A tese de Cajetano segundo a qual se deve distinguir o ente comum e o ente primeiramente concebido é independente da sua tese sobre os graus de abstração formal. Neste sentido, embora se rejeite uma abstração metafísica a parte de uma abstração total cajetanista, pode-se ainda distinguir dois sentidos de ente: o ente enquanto tal, objeto do livro Γ da *Metafísica* de Aristóteles, de um lado, e o ente que entra primeiro no intelecto, posto que nada que se pensa é pensado como nada.

²⁰ Cf. GEIGER, 1963, p. 109. “Se julgarmos a partir destes dois textos, o juízo negativo que fundamenta a imaterialidade do objeto da metafísica tira seu valor objetivo da demonstração da existência dos entes imateriais pela qual termina a filosofia da natureza: primeiro motor imóvel no oitavo livro da *Physica*, alma humana com intelecto agente e intelecto possível no *De Anima*. Nada mais normal, sendo verdade que a metafísica deve ser ensinada depois da física, como santo Tomás afirma explicitamente várias vezes”.

imateriais, como uma prova da existência de Deus (Primeiro Motor), por exemplo. Neste sentido, poderemos negar que o ente seja necessariamente ligado à matéria, como já pudemos negar que o ente seja necessariamente separado da matéria. Daí, através da separação, fundada em uma demonstração prévia da existência de entes imateriais, poder-se-ia conceber o ente comum. Ou seja, teríamos a separação propriamente dita, com juízos negativos, como “o ente **não** está necessariamente na matéria”, posto que o Primeiro Motor é imaterial. Deste modo, para Geiger, somente após uma prova de existência do Primeiro Motor ou da alma, por exemplo, poderemos ter a concepção do ente comum, objeto da metafísica.

Esta interpretação não é, contudo, compartilhada por Wippel²¹, que considera que os textos utilizados por Geiger para fundamentar sua tese, no *In Metaphysicorum*, não consistem na posição pessoal de Tomás de Aquino, mas exprimem sua interpretação de Aristóteles. Embora discorde da posição de Geiger, Wippel apresenta uma solução interessante. Segundo seu ponto de vista, assim como por separação podemos conceber a substância independentemente da quantidade, assim também podemos conceber o ente comum independentemente do ente móvel²². Ou seja, seria possível, partindo meramente do ente como primeiro concebido, através da separação, conceber o ente enquanto ente, o ente comum.

Contudo este problema, quanto à necessidade de provarmos a existência de algum ente positivamente material, seja Deus, seja a alma, para podermos obter a noção de ente comum, tem outros pressupostos: Wippel considera que, nos textos que Geiger usa como fundamento para sua exposição, Tomás não expressa o próprio pensamento, mas o de Aristóteles²³. Portanto, responder à questão da necessidade de conceber os entes positivamente imateriais para obtermos por separação a noção de ente comum pressupõe investigar se em *In Metaphysicorum*, Tomás expressa o pensamento de

²¹ Cf. 1978, p. 449 ff.; cf. tb. 2000, p. 59.

²² Cf. WIPPEL, 2000, p. 47. “Se é através da separação que se pode considerar a substância enquanto tal ao invés de quantificada (ou de material, poderíamos acrescentar), assim também é através de separação que se pode considerar o ente enquanto tal, ou enquanto ente, ao invés de quantificado ou material. Em suma, é através da separação que se descobre o ente enquanto ente, o assunto da metafísica.”

²³ Geiger fundamenta sua argumentação em algumas passagens de *In Metaphysicorum*, particularmente lib.1 l.12 §181 e lib.4 l.5 §593. (Cf. GEIGER, 1963, p. 108-109). Em contrapartida, Wippel considera que “aqui Tomás está interpretando o texto de Aristóteles.” (WIPPEL, 1978, p. 449

Aristóteles sem se comprometer com ele. No entanto, por ora, a discussão sobre a distinção entre textos autorais e textos de comentários em Aquino escapam da órbita do presente artigo; vale ressaltar, contudo, esteja correto Geiger ou Wippel, que seguimos a consideração de que a noção de ente comum é obtida através de separação, e não da abstração²⁴.

²⁴ O presente artigo é resultado de uma pesquisa financiada pelo CNPq em nível doutoral, sob a supervisão de Raul Ferreira Landim Filho. A respectiva tese de doutorado foi defendida em 2009 no PPGF/UFRJ.

REFERÊNCIAS:

CAJETANO (Thomae de Vio Caietani) (1907) *Commentarium super Opusculum De Ente et Essentia Thomae Aquinatis*. ROMA: Ex Pontificia Officina Typographica.

——— (1964) *Commentary on Being and Essence* [Trad.: Lottie H. Kendzierski & Francis C. Wade]. Milwaukee: Marquette University Press.

GEIGER, L.-B., (1963) “Abstraction et séparation d’après S. Thomas” in ————
— *Philosophie et Spiritualité*. Paris: Cerf, p. 87-124. [1ª ed. (1947), *Revue des Sciences Philosophiques et Théologiques*, XXXII, p. 3-40.]

MERLAN, P., (1953) “Abstraction and Metaphysics in St. Thomas' *Summa*” *Journal of the History of Ideas* 14, p. 284-291.

SILVA, M. A. O. (2011). “Tomás de Aquino e Caetano. Ainda a Teoria da Abstração. *Analytica*. Revista de Filosofia, 15(1), p. 173-204.

TOMÁS DE AQUINO (1882-) *Sancti Thomae Aquinatis Opera Omnia*, Roma: Leonine edition. Vols. 4-12, *Summa theologiae*. Vols. 13-15, *Summa contra Gentiles*. Vol. 43, *De principiis naturae, De aeternitate mundi, De mixtione elementorum, De unitate intellectus contra Averroístas, De ente et essentia, etc.* Vol. 45.I, *Sentencia libri De anima*. Vol. 50, *Super Boetium De Trinitate, Expositio libri Boetii De ebdomadibus*.

——— (1955) *Sancti Thomae de Aquino Expositio super librum Boethii De Trinitate*. Leiden: ed. B. Decker.

——— (1971) *In duodecim libros Metaphysicorum Aristotelis expositio*. Ed. M. R. CATHALA, R. M. SPIAZZI, 2ª ed., Taurini-Romae: Marietti.

——— (2006) *Suma de Teologia. Primeira parte. Questões 84-89* [Trad.: Carlos Arthur R. do Nascimento]. Uberlândia: Edufu.

RIET, G. Van, (1952) “La théorie thomiste de l’abstraction”. *Revue Philosophique de Louvain* 50, p. 353-393.

WIPPEL, J. (1978) “Metaphysics and *separatio* According to Thomas Aquinas”. *The Review of Metaphysics* 31. p. 431-470.

——— (2000) *The metaphysical Thought of Thomas Aquinas*. Washington: The Catholic University Press.